



PROTOCOLO	1639005/2022
ASSUNTO	BAIXA DE RRT

DELIBERAÇÃO Nº 016/2023 - CEP-CAU/RS

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente em Porto Alegre - RS, na sede do CAU/RS, no dia 6 de fevereiro de 2023, no uso das competências que lhe confere o art. 95, inciso VIII, alínea i, do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando o Protocolo 1639005/2022, recebido no dia 9 de novembro de 2022, que tem como assunto “SOLICITAÇÃO DE BAIXA DE RRT POR PJ”, com a seguinte descrição:

“Protocolo referente Baixa solicitada devido a destituição de empresa contratada P. C. E I., decorrente da Ação Judicial 141/1.16.0002875-3, conforme requerimento da empresa M. I. I., em 04/11/2022, referente ao RRT nº 1648924, elaborado pela Arquiteta A. S. I., para atividades de Execução.”

Considerando que a unidade de PJ notificou a Arquiteta A. S. I., uma vez que a empresa M. I. I. entrou em contato com este Conselho solicitando a baixa do RRT 1648924, tendo em vista a destituição da empresa P. C. E I. LTDA conforme a Ação Judicial 141/1.16.0002875-3;

Considerando que a Arquiteta A. S. I. encaminhou uma manifestação argumentando que o RRT 1648924 não cumpre nenhum dos requisitos para baixa estabelecidos na Resolução CAU/BR nº 91/2014;

Considerando que o art. 31 da mesma Resolução diz:

“Art. 31. Em caso de comprovada omissão do arquiteto e urbanista em atender ao disposto no artigo anterior, a pessoa jurídica contratada ou a pessoa física ou jurídica contratante poderão requerer a baixa junto ao CAU/UF onde o RRT foi efetuado.”

Considerando que a empresa solicitante da baixa unilateral do RRT 1648924 é a “M. I. I.” e que a empresa contratante no mesmo RRT é a “P. C. E I. LTDA”.

DELIBEROU POR:

1. Solicitar à equipe de atendimento do CAU/RS que entre em contato com a empresa “M. I. I.” e solicite a decisão judicial que altera o contratante desta obra, possibilitando assim que esta seja apta a solicitar baixa unilateral;



2. Encaminhar esta Deliberação à Gerência de Atendimento, para que sejam tomadas as devidas providências;
3. Após realizada a diligência, solicitamos que este protocolo retorne a esta Comissão para nova arguição e deliberação.

Porto Alegre - RS, 6 de fevereiro de 2023.

Acompanhado dos votos dos conselheiros Rafael Artico e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

Carlos Eduardo Mesquita Pedone
Coordenador da Comissão de Exercício Profissional